

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

## **A FORMAÇÃO DOS FORMADORES DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL: LUTA DE CLASSES E DISPUTA DE PROJETOS.**

Márcia Morschbacher<sup>1</sup>

Celi Zulke Taffarel<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar a atual situação da formação dos professores no Brasil, tendo em conta os distintos projetos de formação em disputa, consoante as classes em luta no modo de produção capitalista. Analisa informações dos bancos de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) sobre a Educação Básica e o Ensino Superior, relativamente à demanda concreta de professores para a rede pública de ensino básico na cidade e no campo e à situação da formação destes professores, tendo em conta dados sobre os professores que atuam na Educação Básica e os cursos responsáveis por esta formação (número, modalidades, vagas, matrículas e instituições). Realiza também revisão bibliográfica acerca do tema “formação de professores”, evidenciando os projetos que disputam a direção desta formação no plano da política educacional e da teoria pedagógica, considerando os antagônicos interesses das classes que disputam o controle dos meios de produção e dos instrumentos políticos no atual grau de desenvolvimento deste modo de produção. Evidencia a expansão dos cursos superiores para a formação dos professores no país, sobretudo no Ensino Superior privado e na modalidade a distância e, por outro lado, a demanda por professores com

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil - [mm.edufisica@yahoo.com.br](mailto:mm.edufisica@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil - [taffarel@ufba.br](mailto:taffarel@ufba.br)

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

formação em nível superior (licenciatura) – cerca de 1/3 dos professores que atuam na Educação Básica não possui formação neste nível. Analisa que as recentes reformas educacionais têm como meta compatibilizar a formação dos formadores da classe trabalhadora ao projeto de mundialização da educação para a Educação Básica (implementado no país desde a década de 1990), tendo em conta a necessidade de rebaixamento do valor da força de trabalho e de contenção dos trabalhadores em uma conjuntura de crise do modo de produção e de acirramento dos conflitos entre capital e trabalho. O referencial privilegiado por este projeto hegemônico situa-se nas pedagogias do aprender a aprender, marcadas por uma teoria do conhecimento relativista e uma pedagogia alicerçada na supervalorização das experiências individuais e cotidianas em detrimento do trato com o conhecimento científico. Em contraposição a este projeto, tem-se o projeto reivindicado pela classe trabalhadora, cujas bases fundamentais são a reivindicação do acesso ao conhecimento na sua expressão mais desenvolvida (a ciência) e tratado de acordo com os pressupostos da concepção materialista e dialética da história, bem como o desenvolvimento de uma consistente formação política.

**Palavras-chave:** Educação Básica; formação de professores; formação da classe trabalhadora; projetos de formação.

## **Abstract**

This article aims to analyze the present situation of the teacher formation in Brazil, taking into account the different formation projects in dispute, according the classes in fight on the capitalist mode of production. It analyses informations from Databases of Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) about Basic Education and Higher Education, relatively to the concrete demand of teacher to the public basic education in the city and

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

countryside and situation of formation these teachers, taking into account the data about the teachers that work in Basic Education and the courses responsible by this formation (number, modalities, vacancies, registrations and institutions). It realizes too a bibliographic revision about the theme “teacher formation”, indicating the projects that dispute the direction this formation on the plan of educational policy and the pedagogical theory, considering the antagonist interests of the classes that dispute the control of means of production and the political instruments in the present degree of development this mode of production. It demonstrates the expansion of higher education courses for teacher formation in the country, especially in private higher education and distance learning courses and, by other side, the demand by teachers with higher education level (degree course) – approximately 1/3 of teachers that work in Basic Education does not have formation in this level. It analyses that the recent educational reforms has like target made compatible the formation of teachers with the globalisation project of education to the Basic Education (implemented in the country since the 1990s), taking into account the necessity of abasement of workforce value and workers' restraint in a conjuncture of crisis of the mode of production and aggravation of conflicts between capital and work. The privileged framework by this hegemonic project are the pedagogies learning to learn, marked by a relativist knowledge theory and a pedagogy based in overvaluation of individual and daily life experiences rather than treatment with the scientific knowledge. In opposition to this project, there is the project claimed by working class, whose fundamental basis are the claim of the access to knowledge in its most developed expression (the science) and treated according with the postulates of materialist and dialectical conception of history, as well as the development of a consistent political formation.

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

**Keywords:** Basic Education; teacher formation; formation of class working; formation projects.

## Introdução

Este artigo analisa a disputa de projetos de formação de professores para a Educação Básica, travada na luta entre capital e trabalho em andamento na formação social brasileira. Apresentamos uma síntese acerca dos antagônicos projetos que disputam a direção da formação de professores no país, evidenciando a sua base teórica e os interesses de classes explícitos e/ou subjacentes. Trabalhamos com os dados disponibilizados pelo Inep/MEC relativos a) aos professores que atuam na Educação Básica; b) à demanda concreta de professores para a Educação Básica e o Ensino Superior para a rede pública; c) os cursos superiores responsáveis por esta formação; d) à situação da formação destes professores, relacionando estes dados com os interesses em disputa

## **A demanda por professores para a Educação Básica no Brasil e a formação destes professores**

Trabalhamos com os dados das Sinopses da Educação Básica e da Educação Superior do Inep/MEC para obter uma breve caracterização dos professores que atuavam na Educação Básica no Brasil, no período de 2010 a 2013. Inicialmente, apresentamos dados sobre o número de matrículas, de escolas públicas e privadas e de professores que atuavam na Educação Básica no período considerado. Na segunda etapa, são apresentados dados referentes ao nível de formação destes professores e a oferta de cursos de licenciatura no

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

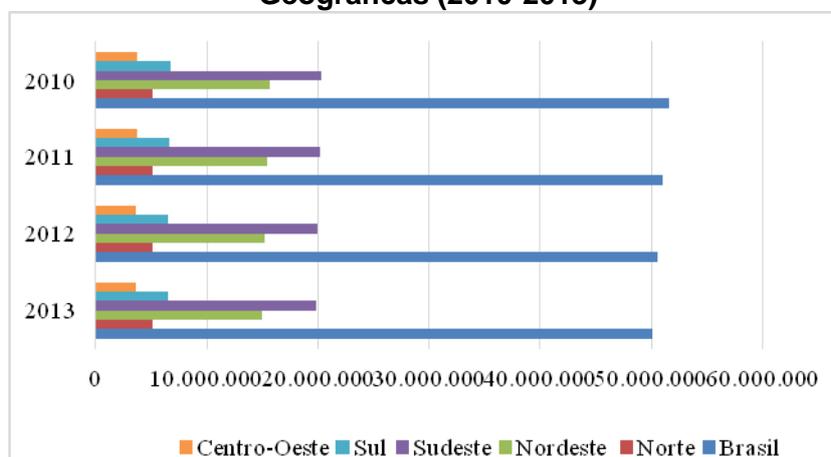
país (cursos e matrículas nas modalidades presenciais e a distância em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas).

**Tabela 1: Número de Matrículas na Educação Básica – Brasil e Regiões Geográficas (2010-2013)**

	2010	2011	2012	2013
Brasil	51.549.889	50.972.619	50.545.050	50.042.448
Norte	5.134.960	5.121.317	5.159.675	5.144.488
Nordeste	15.709.861	15.470.148	15.227.827	14.968.836
Sudeste	20.334.290	20.120.683	19.958.462	19.806.604
Sul	6.700.104	6.596.666	6.551.598	6.484.103
Centro-Oeste	3.670.674	3.663.805	3.647.488	3.638.417

**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

**Gráfico 1: Evolução no número de matrículas na Educação Básica Brasil e Regiões Geográficas (2010-2013)**



**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

A Tabela 1 e o Gráfico 1 apresentam as matrículas na Educação Básica no país e regiões entre 2010 e 2013. Evidencia-se que o país possuía uma média de 50,7 milhões de matrículas, sendo que as regiões Nordeste e Sudeste apresentavam o maior número. Destaca-se um decréscimo de 1.507.441 matrículas, observado também em todas as regiões. A exceção é a região Norte que, em 2012, teve um aumento de 9.488 matrículas. O Nordeste teve um

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

decréscimo de 741.025 matrículas, o Sudeste, 527.686, o Sul, 216.001 e o Centro-Oeste, 32.257.

**Tabela 2: Número de matrículas na Educação Básica - Rede Pública e Rede Privada (2010-2013)**

	2010		2011		2012		2013	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Brasil	43.989.507	7.560.382	43.053.942	7.918.677	42.222.831	8.322.219	41.432.416	8.610.032
Norte	4.764.016	370.944	4.731.294	390.023	4.733.615	426.060	4.698.082	446.406
Nordeste	13.660.499	2.049.362	13.331.521	2.138.627	12.930.492	2.297.335	12.618.367	2.350.469
Sudeste	16.693.810	3.640.480	16.283.311	3.837.372	15.973.468	3.984.994	15.678.264	4.128.340
Sul	5.793.909	906.195	5.655.180	941.486	5.571.612	979.986	5.460.546	1.023.557
Centro-Oeste	3.077.273	593.401	3.052.636	611.169	3.013.644	633.844	2.977.157	661.260

**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

Os dados da Tabela 2 indicam que a rede privada de Educação Básica obteve um aumento de 1.049.650 matrículas entre 2010 e 2013. As regiões Nordeste (301.107) e Sudeste (487.860) apresentaram o aumento mais expressivo. Estes dados indicam que, embora a Educação Básica seja ofertada de forma predominante na rede pública, a rede privada está em expansão no país.

**Tabela 3: Percentual de matrículas na Educação Básica na rede pública e rede privada (2010-2013)**

	2010		2011		2012		2013	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Brasil	85,33%	14,67%	84,46%	15,54%	83,54%	16,46%	82,79%	17,21%
Norte	92,78%	7,22%	92,38%	7,62%	91,74%	8,26%	91,32%	8,68%
Nordeste	86,95%	13,05%	86,17%	13,82%	84,91%	15,09%	84,30%	15,70%
Sudeste	82,10%	17,90%	80,93%	19,07%	80,03%	19,97%	79,16%	20,84%
Sul	86,47%	13,53%	85,73%	14,27%	85,04%	14,96%	84,21%	15,79%
Centro-Oeste	83,83%	16,17%	83,32%	16,68%	82,62%	17,38%	81,83%	18,17%

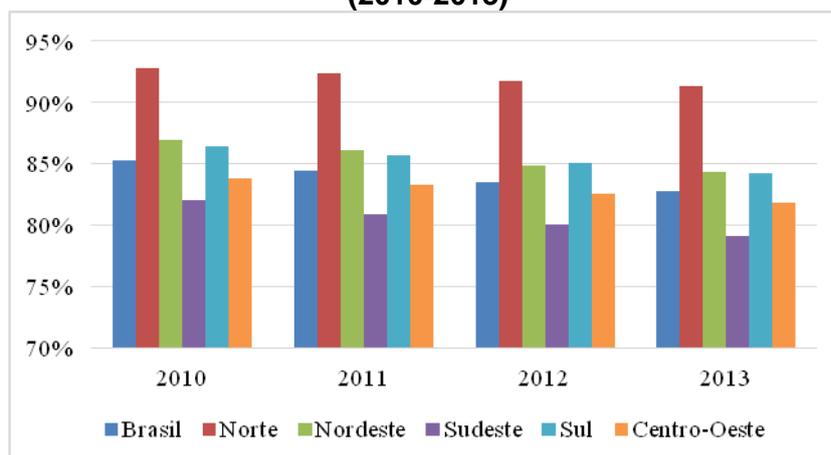
**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

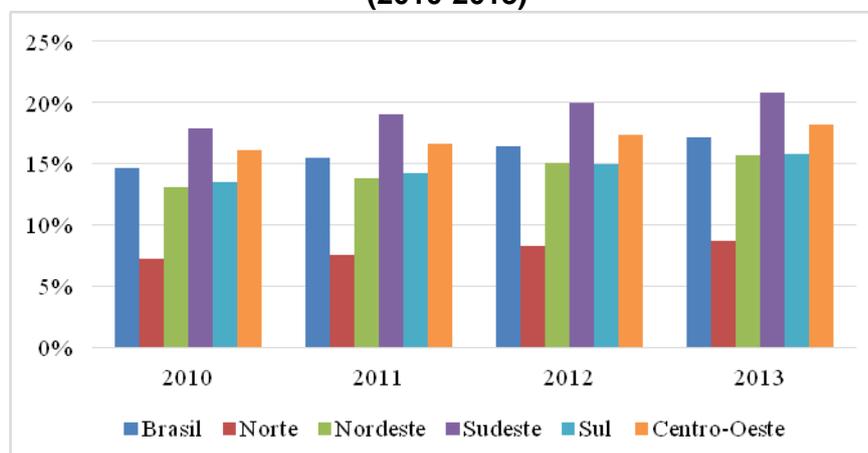
ano 13, número 21 – 2015

**Gráfico 2: Evolução das matrículas na rede pública de Educação Básica (2010-2013)**



**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

**Gráfico 3: Evolução das matrículas na rede privada de Educação Básica (2010-2013)**



**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

Considerando-se que o aumento do número de matrículas na rede privada (Tabela 3 e Gráfico 3) e a diminuição do número total de matrículas na Educação Básica (Tabela 3 e Gráfico 2), evidencia-se que esta diminuição se refere exclusivamente à rede pública de Educação Básica.

# TrabalhoNecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

A Educação Básica ainda não foi universalizada no Brasil e este nível de ensino padece de graves problemas como o elevado percentual de abandono e de repetência escolar. A estes problemas, encontram-se associados: financiamento insuficiente consoante às necessidades, dificuldade de acesso à escola, irregularidade e baixa qualidade do transporte escolar, carência de professores, melhores salários e condições de trabalho para os professores e demais profissionais que trabalham nas escolas, infraestrutura insuficiente e/ou ausente, entre outros (TAFFAREL; RODRIGUES, MORSCHBACHER, 2013).

**Tabela 4: Estabelecimentos escolares públicos e privados de Educação Básica**

	2010			2011			2012			2013		
	Total	Pública	Privada									
Brasil	194.939	158.650	36.289	193.047	156.521	36.883	192.676	154.616	38.060	190.706	151.884	38.822
Norte	24.280	22.857	1.423	23.998	22.588	1.410	23.851	22.279	1.572	23.551	21.920	1.631
Nordeste	77.370	67.707	9.663	75.234	65.609	9.625	74.477	64.240	10.237	72.242	61.985	10.257
Sudeste	58.210	40.411	17.799	58.717	40.389	18.328	59.021	40.450	18.571	59.442	40.381	19.061
Sul	25.193	20.084	5.109	25.257	20.006	5.251	25.469	20.052	5.417	25.508	19.976	5.532
Centro-Oeste	9.886	7.591	2.295	9.841	7.572	2.269	9.858	7.595	2.263	9.963	7.622	2.341

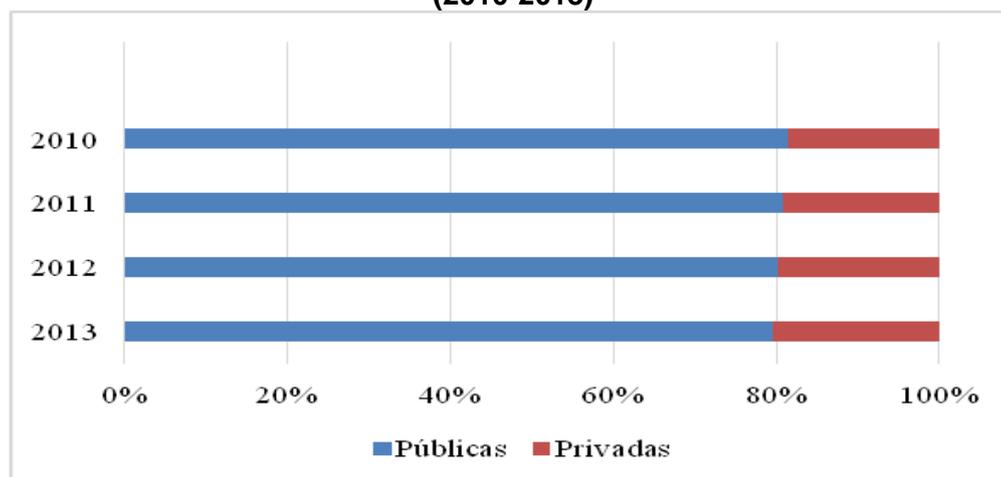
**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

# TrabalhoNecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

**Gráfico 4: Evolução do número de estabelecimentos públicos e privados (2010-2013)**



**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

Acompanhando a tendência da diminuição de matrículas, houve, em nível nacional, a diminuição do número de escolas públicas (Tabela 4 e Gráfico 4). Entre 2010 e 2013, o país teve 6.766 escolas públicas fechadas. Esta tendência é evidenciada em todas as regiões do país, todavia, há uma considerável disparidade: Norte: 937 escolas públicas fechadas; Nordeste: 5.722; Sudeste: 30; Sul: 108; Centro-Oeste: 329. A Região Nordeste apresentou o maior decréscimo no número de escolas (84% do total). Os estabelecimentos privados apresentaram um aumento de 2.533 escolas, sendo: Norte: 208; Nordeste: 594; Sudeste: 1.262; Sul: 423 e; Centro-Oeste: 46.

**Tabela 5: Número de Funções Docentes na Educação Básica (2010-2013)**

	2010	2011	2012	2013
Brasil	2.005.734	2.045.350	2.101.408	2.148.023
Norte	169.930	176.195	182.119	189.868
Nordeste	600.796	603.359	613.367	619.358
Sudeste	800.241	820.375	848.459	869.013
Sul	290.927	298.736	310.507	319.379
Centro-Oeste	143.840	146.685	146.956	150.405

**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

# TrabalhoNecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

No âmbito das funções docentes na Educação Básica (Tabela 5), observa-se uma tendência, nacional e regional, de aumento do número de professores no período de 2010 a 2013. Em nível nacional, houve um aumento de 142.289 professores, dos quais: Norte: 19.938; Nordeste, 18.562; Sudeste, 68.772; Sul, 28.452 e; Centro-Oeste, 6.565.

**Tabela 6: Número de Funções Docentes na rede pública e privada de Educação Básica (2010-2013)**

	2010			2011			2012			2013		
	Total	Pública	Privada									
Brasil	2.005.734	1.554.744	450.990	2.045.350	1.571.570	473.780	2.101.408	1.605.099	496.309	2.148.023	1.637.091	510.932
Norte	169.930	151.567	18.363	176.195	156.767	19.428	182.119	161.063	21.056	189.868	167.481	22.387
Nordeste	600.796	493.656	107.140	603.359	491.487	111.872	613.367	494.323	119.044	619.358	497.718	121.640
Sudeste	800.241	570.752	229.489	820.375	577.505	242.870	848.459	596.532	251.927	869.013	610.092	258.921
Sul	290.927	227.135	63.162	298.736	233.203	65.533	310.507	240.753	69.754	319.379	246.951	72.428
Centro-Oeste	143.840	110.734	33.106	146.685	112.608	34.077	146.956	112.428	34.528	150.405	114.849	35.556

**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

Quando analisamos as funções docentes tendo em conta as redes pública e privada de Educação Básica (Tabela 6), constatamos que o aumento nas funções docentes diz respeito a 82.347 professores da rede pública e 59.942 professores na rede privada. Relativamente às regiões, na rede pública, houve um aumento de: a) Norte: 15.914 professores; b) Nordeste: 4.062; c) Sudeste: 39.340; d) Sul: 19.816 e; e) Centro-Oeste: 4.115. Na rede privada: a) Norte: 3.751 professores; b) Nordeste: 14.500; c) Sudeste: 29.432; d) Sul: 9.266 e; e) Centro-Oeste: 2.450.

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

**Tabela 7 – Formação dos professores da Educação Básica – Brasil e Regiões (2010)**

	Professores da Educação Básica (2010)					
	Total	Fundamental	Escolaridade			Superior
			Ensino Médio			
			Médio Total	Normal/Magistério	Ensino Médio	
Brasil	2.005.734	12.565	611.260	450.707	160.553	1.381.909
Norte	169.930	1.792	73.029	57.007	16.022	95.109
Nordeste	600.796	6.597	288.748	220.231	68.517	305.451
Sudeste	800.241	1.860	163.503	119.674	43.829	634.878
Sul	290.927	1.574	58.723	39.735	18.988	230.630
Centro-Oeste	143.840	742	27.257	14.060	13.197	115.841

**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

**Tabela 8 – Formação dos professores da Educação Básica – Brasil e Regiões (2011)**

	Professores da Educação Básica (2011)					
	Total	Fundamental	Escolaridade			Superior
			Ensino Médio			
			Médio Total	Normal/Magistério	Ensino Médio	
Brasil	2.045.350	11.363	518.665	387.583	131.082	1.515.322
Norte	176.195	1.637	61.948	46.799	15.149	112.610
Nordeste	603.359	6.049	246.650	188.251	58.399	350.660
Sudeste	820.375	1.661	141.884	108.197	33.687	676.830
Sul	298.736	1.372	45.850	32.571	13.279	251.514
Centro-Oeste	146.685	644	22.333	11.765	10.568	123.708

**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

**Tabela 9 – Formação dos professores da Educação Básica – Brasil e Regiões (2012)**

	Professores da Educação Básica (2012)					
	Total	Escolaridade				
		Fundamental	Ensino Médio			Superior
		Médio Total	Normal/Magistério	Ensino Médio		
Brasil	2.101.408	8.339	450.874	335.418	115.456	1.642.195
Norte	182.119	1.364	50.645	35.779	14.866	130.110
Nordeste	613.367	3.872	212.555	162.279	50.276	396.940
Sudeste	848.459	1.354	128.252	100.048	28.204	718.853
Sul	310.507	1.176	42.597	29.272	13.325	266.734
Centro-Oeste	146.956	573	16.825	8.040	8.785	129.558

Fonte: Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

**Tabela 10 – Formação dos professores da Educação Básica – Brasil e Regiões (2013)**

	Professores da Educação Básica (2013)					
	Total	Escolaridade				
		Fundamental	Ensino Médio			Superior
		Médio Total	Normal/Magistério	Ensino Médio		
Brasil	2.148.023	6.438	534.404	297.880	236.524	1.607.181
Norte	189.868	1.189	63.887	30.425	33.462	124.792
Nordeste	619.358	2.618	245.478	141.922	103.556	371.262
Sudeste	869.013	1.290	149.329	93.850	55.479	718.394
Sul	319.379	990	55.994	25.364	30.630	262.395
Centro-Oeste	150.405	351	19.716	6.319	13.397	130.338

Fonte: Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

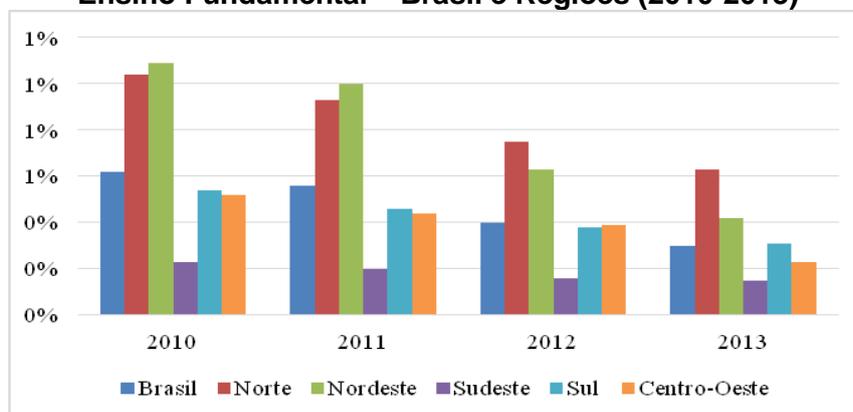
**Tabela 11 – Percentual da formação dos professores da Educação Básica – Brasil e Regiões (2010-2013)**

	Escolaridade											
	Fundamental				Ensino Médio				Superior			
					Médio Total							
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Brasil	0,6 %	0,5 %	0,4 %	0,3 %	30,4 %	25,3 %	21,4 %	24,9 %	68,9 %	74,0 %	78,1 %	74,8 %
Norte	1,0 %	0,9 %	0,7 %	0,6 %	43,0 %	35,1 %	27,8 %	33,6 %	55,9 %	63,9 %	71,4 %	65,7 %
Nordeste	1,0 %	1,0 %	0,6 %	0,4 %	48,0 %	40,8 %	34,6 %	39,6 %	50,8 %	58,1 %	64,7 %	59,9 %
Sudeste	0,2 %	0,2 %	0,1 %	0,1 %	20,4 %	17,3 %	15,1 %	17,1 %	79,3 %	82,5 %	84,7 %	82,7 %
Sul	0,5 %	0,4 %	0,3 %	0,3 %	20,1 %	15,3 %	13,7 %	17,5 %	79,2 %	84,1 %	85,9 %	82,2 %
Centro-Oeste	0,5 %	0,4 %	0,3 %	0,2 %	18,9 %	15,2 %	11,4 %	13,1 %	80,5 %	84,3 %	88,1 %	86,7 %

**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

Quando perguntamos pela formação dos professores que atuavam na Educação Básica entre 2010 e 2013 (Tabelas 7, 8, 9, 10 e 11), constatamos que um número considerável de professores ainda não possui formação em nível superior.

**Gráfico 5: Evolução do percentual de professores com formação em nível de Ensino Fundamental – Brasil e Regiões (2010-2013)**



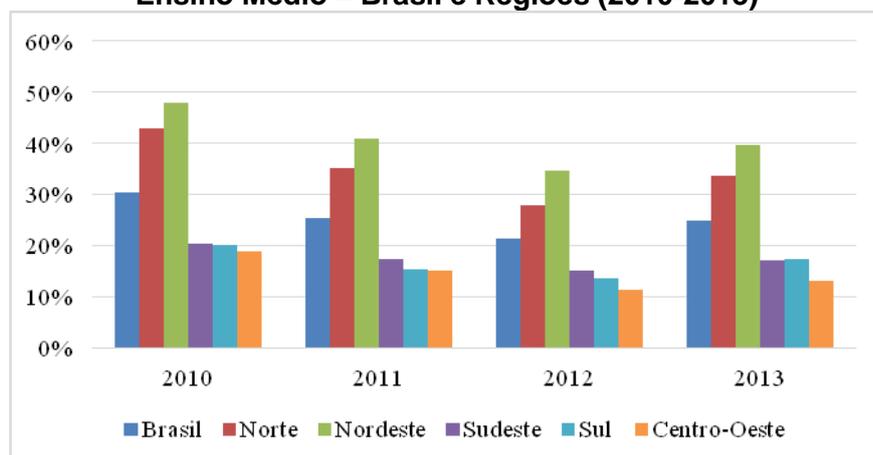
**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

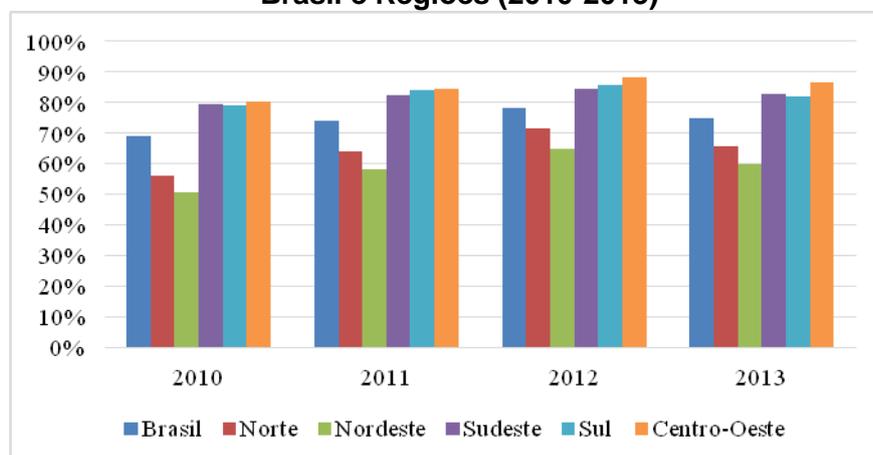
ano 13, número 21 – 2015

**Gráfico 6: Evolução do percentual de professores com formação em nível de Ensino Médio – Brasil e Regiões (2010-2013)**



**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

**Gráfico 7: Evolução do percentual de professores com formação em nível Superior – Brasil e Regiões (2010-2013)**



**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

Neste período, houve um aumento do número de professores com formação em nível superior, tanto nacional quanto regionalmente (Gráfico 7). Entretanto, observa-se um decréscimo, absoluto e percentual, nos anos de 2012 e 2013. Este decréscimo contrasta com o aumento, no mesmo período, do

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

número de professores com formação em nível médio (Ensino Médio e/ou Normal/Magistério).

O país ainda possui professores com formação em nível de Ensino Fundamental a trabalhar na Educação Básica, embora este número esteja a diminuir anualmente. As Regiões Norte e Nordeste são as regiões que apresentavam, em 2013, o maior percentual de professores com este nível de formação – 0,63% (1.189 professores) e 0,42% (2.618 professores), respectivamente (Gráfico 5).

Há um percentual elevado de professores com formação em nível médio em todas as regiões do país, sendo que, em 2013, as regiões Norte (33,65%) e Nordeste (39,63%) apresentaram o maior percentual, os quais são superiores à média nacional (24,9%) (Gráfico 6).

Estes dados evidenciam que cerca de 1/3 destes professores não possuía formação em nível superior entre 2010 e 2013. A qualificação destes professores é ainda uma demanda objetiva a ser atendida pelo governo brasileiro. Taffarel, Rodrigues e Morschbacher (2013) indicam que, em 2013, haviam 28 programas do governo federal, aplicados em caráter emergencial e voltados para a formação dos professores já inseridos na Educação Básica ou em formação. Estes programas abrangem a formação (presencial ou a distância) em nível superior, de aperfeiçoamento ou de pós-graduação e integram a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, que visa a promoção da qualidade da educação básica brasileira.

# TrabalhoNecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

**Tabela 12: Formação em nível Superior dos professores da Educação Básica – Brasil e Regiões (2013)**

Unidade da Federação	Funções Docentes na Educação Básica (2013)			
	Total Geral	Possui Curso com Licenciatura	Possui Curso sem Licenciatura	
			Total	Com Complementação Pedagógica
Brasil	1.607.181	1.405.696	201.485	97.687
Norte	124.792	113.994	10.798	5.930
Nordeste	371.262	317.727	53.535	39.660
Sudeste	718.394	628.030	90.364	27.134
Sul	262.395	233.912	28.483	15.785
Centro-Oeste	130.338	112.033	18.305	9.178

**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

**Tabela 13: Formação em nível Superior dos professores da Educação Básica – Brasil e Regiões (2012)**

Unidade da Federação	Funções Docentes na Educação Básica (2012)			
	Total Geral	Possui Curso com Licenciatura	Possui Curso sem Licenciatura	
			Total	Com Complementação Pedagógica
Brasil	1.642.195	1.418.418	223.777	112.233
Norte	130.110	118.391	11.719	7.057
Nordeste	396.940	340.441	56.499	40.419
Sudeste	718.853	612.206	106.647	37.442
Sul	266.734	236.392	30.342	17.381
Centro-Oeste	129.558	110.988	18.570	9.934

**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

# TrabalhoNecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

**Tabela 14: Formação em nível Superior dos professores da Educação Básica – Brasil e Regiões (2011)**

Unidade da Federação	Funções Docentes na Educação Básica (2011)			
	Total Geral	Possui Curso com Licenciatura	Possui Curso sem Licenciatura	
			Total	Com Complementação Pedagógica
Brasil	1.515.322	1.249.509	265.813	194.629
Norte	112.610	100.671	11.939	7.485
Nordeste	350.660	288.253	62.407	44.238
Sudeste	676.830	535.804	141.026	108.831
Sul	251.514	218.846	32.668	20.614
Centro-Oeste	123.708	105.935	17.773	13.461

Fonte: Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

**Tabela 15: Formação em nível Superior dos professores da Educação Básica – Brasil e Regiões (2010)**

Unidade da Federação	Professores na Educação Básica (2010)			
	Total	Situação da Licenciatura		
		Possui curso com Licenciatura	Possui curso sem Licenciatura	Possui cursos com e sem licenciatura
Brasil	1.381.909	1.297.940	63.726	20.243
Norte	95.109	82.831	11.619	659
Nordeste	305.451	287.992	16.560	899
Sudeste	634.878	608.162	16.365	10.351
Sul	230.630	214.566	14.514	1.550
Centro-Oeste	115.841	104.389	4.668	6.784

Fonte: Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

**Tabela 16: Percentual do número de professores da Educação Básica com Formação em nível Superior – Brasil e Regiões (2011-2013)<sup>3</sup>**

Unidade da Federação	Professores na Educação Básica (2011-2013)					
	Possui curso com Licenciatura			Possui curso sem Licenciatura		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Brasil	82,46%	86,37%	87,46%	17,54%	13,63%	12,54%
Norte	89,37%	90,99%	91,35%	10,63%	9,01%	8,65%
Nordeste	82,20%	85,77%	85,58%	17,79%	14,23%	14,42%
Sudeste	79,16%	85,16%	87,42%	20,84%	14,84%	12,58%
Sul	87,01%	88,62%	89,14%	12,99%	11,38%	10,86%
Centro-Oeste	85,63%	85,67%	85,96%	14,37%	14,33%	14,04%

**Fonte:** Adaptado de Inep – Sinopse da Educação Básica (anos-base: 2010, 2011, 2012 e 2013).

Dos professores que atuavam na Educação Básica no período de 2011 a 2013 e que possuíam formação em nível superior, prepondera a formação em cursos de Licenciatura. De acordo com as Tabelas 12, 13, 14, 15 e 16, o número de professores com formação em curso de Licenciatura, em nível nacional, aumentou entre os anos de 2011 e 2012. Dos professores com formação em nível superior sem curso de Licenciatura, há um aumento anual do número de professores com complementação pedagógica e uma diminuição anual do número de professores sem curso de Licenciatura. Em 2011, de acordo com os dados nacionais, 82,46% dos professores com formação superior possuíam curso de Licenciatura e, em 2013, este percentual se elevou para 87,46%. O percentual de professores com formação superior, mas sem curso de Licenciatura, diminuiu de 17,54% em 2011 para 12,54% em 2013.

<sup>3</sup> A Sinopse da Educação Básica do ano de 2010 não especifica o número de professores que possui complementação pedagógica. Por esta razão, não incluímos os dados deste ano.

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

**Tabela 17: Número de Cursos de Licenciatura Presenciais e a Distância– 2010-2013**

Ano	Presencial			A Distância		
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
2010	7.370	3.504	3.826	518	328	190
2011	7.344	3.678	3.666	554	361	193
2012 <sup>4</sup>	N. d.	N. d.	N. d.	N. d.	N. d.	N. d.
2013	7.311	3.972	3.339	589	364	225

**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Superior (anos-base: 2010, 2011 e 2013).

Acerca dos cursos de Licenciatura ofertados por IES públicas e privadas, constata-se que o país apresentou, no período de 2010 a 2013, uma média de 7.300 cursos presenciais e de 550 cursos a distância (Tabela 17).

Quanto aos cursos de licenciatura presenciais, observamos um relativo “equilíbrio” entre as IES públicas e as IES privadas. A partir do ano de 2013, tem-se um maior número de cursos de licenciatura provenientes das IES públicas. Cabe destacar, ainda, que o Brasil é um país em que o número de IES privadas é muito superior ao número de IES públicas. De acordo com os dados da Sinopse da Educação Superior do Inep, no ano de 2013, de um total de 2.391 IES, 301 eram públicas e 2.090, privadas.

A política de expansão do Ensino Superior desenvolvida pelo governo federal na última década abrange, por um lado, a expansão do ensino superior público com a criação de novas universidades e de novos cursos, a ampliação de vagas nas universidades públicas já existentes e o ingresso pelo sistema de cotas e; por outro, abrange o incentivo ao ingresso no ensino superior privado mediante programas de financiamento (como o Fies – Programa de Financiamento do Ensino Superior) e de bolsas de gratuidade das taxas mensais (como o Prouni – Programa Universidade para Todos).

No caso do ensino superior público, os recursos destinados não são compatíveis com as necessidades desencadeadas pela expansão e se tem um

<sup>4</sup> A Sinopse da Educação Superior referente ao ano de 2012 não foi disponibilizada pelo Inep.

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

processo de expansão sem qualidade (insuficiente assistência estudantil, infraestrutura deficitária, contratação insuficiente de docentes e servidores técnico-administrativos, intensificação do trabalho dos docentes e dos servidores técnico-administrativos, etc.). No âmbito do ensino superior privado, tem-se a destinação de recursos públicos no setor privado em detrimento de uma política consistente de expansão do ensino superior público.

**Tabela 18: Número de Matrículas em Cursos de Licenciatura Presenciais e a Distância– Brasil (2010-2013)**

Ano	Presencial			A Distância		
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
2010	923.510	454.041	469.469	425.355	102.098	323.257
2011	926.641	480.448	446.193	428.277	103.853	324.424
2012	N. d.	N. d.	N. d.	N. d.	N. d.	N. d.
2013	922.185	500.057	422.128	449.582	96.662	352.920

**Fonte:** Inep – Sinopse da Educação Superior (anos-base: 2010, 2011 e 2013).

O “equilíbrio” em termos de número de cursos de licenciatura na modalidade presencial é também observado nas matrículas nestes cursos (Tabela 18). Em 2010, o número de matrículas nos cursos de licenciatura presenciais nas IES públicas era inferior às matrículas dos cursos de licenciatura presenciais nas IES privadas (uma diferença de 15.428 matrículas). Entretanto, a partir de 2011, as matrículas nos cursos de licenciatura em IES públicas ultrapassaram o número de matrículas nos cursos de licenciatura em IES privadas. Em 2013, esta diferença é de 77.929 matrículas.

Os cursos de licenciatura a distância encontram-se em expansão no país. Entre os anos de 2010 e 2013, o país teve um aumento de 71 cursos, sendo 36 cursos em IES públicas e 35 em IES privadas (Tabela 17). Embora as IES públicas possuíssem, entre 2010 e 2013, cursos de licenciatura a distância em número superior às IES privadas (2010, 138 cursos a mais; 2011, 168 e; 2013, 139), a quantidade de matrículas nos cursos de licenciatura nesta modalidade nas IES privadas é muito superior ao número de matrículas nas IES públicas.

# TrabalhoNecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

Conforme os dados da Tabela 18, as matrículas nas IES privadas correspondem, em 2013, a 78,5% matrículas nos cursos de licenciatura a distância.

Esta breve caracterização da situação da Educação Básica brasileira (em termos de número de matrículas, de escolas e de professores, bem como da situação da formação destes professores, número de cursos de licenciatura e de matrículas) nos permite sistematizar alguns apontamentos:

a) A população brasileira é atendida, ao nível da Educação Básica, predominantemente pela rede pública;

b) A rede privada se encontra em expansão na Educação Básica, o que pode ser identificado pelo aumento do número de escolas e de matrículas entre 2010 e 2013;

c) A diminuição no número de matrículas e de escolas na Educação Básica neste período ocorreu exclusivamente na rede pública;

d) O aumento anual do número de professores que atuavam na Educação Básica entre 2010 e 2013 deu-se tanto na rede pública quanto na rede privada;

e) 1/3 dos professores que trabalhavam na Educação Básica não tinham formação em nível superior;

f) A formação em nível superior, em cursos de licenciatura presenciais ou a distância, é atendida tanto por IES públicas quanto privadas. No âmbito das matrículas em cursos de licenciatura, as IES públicas e privadas apresentam certo equilíbrio na modalidade presencial. Entretanto, quanto às matrículas nos cursos de licenciatura ofertados a distância, há a predominância das IES privadas;

g) O problema da formação dos professores da Educação Básica, em termos quantitativos e qualitativos tem sido enfrentado tanto por programas emergenciais quanto pela expansão do acesso ao Ensino Superior. Carece-se de estudos que avaliem estes programas do ponto de vista do seu alcance, dos

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

objetivos propostos e da base teórica privilegiada para o seu desenvolvimento nas diversas regiões do país. Apontamentos preliminares, como os de Rodrigues e Morschbacher (2013), colocam em questão o fato destes programas serem políticas de governo (não de Estado), vincularem-se a editais e possibilitarem o repasse de recursos públicos para a iniciativa privada. No tocante à expansão do acesso ao ensino superior, o repasse de recursos à iniciativa privada e a expansão do Ensino Superior público com insuficiente contrapartida orçamentária revelam a opção do governo brasileiro pela implementação de políticas que procuram conciliar o público com o privado, com privilégios ao segundo.

Frigotto (2011), ao realizar um balanço da educação brasileira na primeira década do século XXI, indicando que o governo brasileiro, (a) por um lado, optou por uma política conciliatória de “*uma minoria prepotente a uma maioria desvalida*” (p.239), em que se tem tanto a continuidade da “política macroeconômica, fiel aos interesses da classe detentora do capital” quanto o investimento na melhoria de vida de uma fração da classe trabalhadora; e (b) por outro, “não disputou um projeto educacional antagônico, no conteúdo, no método e na forma” (p.241); avalia a lógica das políticas destinadas à formação dos professores da Educação Básica ao afirmar que: “[...] o Estado, em vez de alargar o fundo público na perspectiva do atendimento a políticas públicas de caráter universal, fragmenta as ações em políticas focais que amenizam os efeitos, sem alterar substancialmente as suas determinações.” (p.245).

## **Acerca dos projetos que disputam a direção da formação de professores**

Se a questão da garantia da formação em nível superior de 1/3 dos professores que atuam na Educação Básica, a do acesso e permanência no Ensino Superior, a da expansão, com qualidade, do Ensino Superior público e

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

presencial, a garantia de formação continuada aos professores, etc. são aspectos fundamentais em termos de política pública para a formação dos professores da Educação Básica, a questão da base teórica que orienta e/ou deve orientar a formação destes professores não é uma questão despicienda. É esta base teórica que informa a direção da formação dos professores em termos epistemológicos, científicos, pedagógicos e políticos. Isto, indubitavelmente, tem rebatimentos na formação das crianças, jovens e adultos ao nível da Educação Básica.

A formação dos indivíduos pelas primeiras etapas da formação da classe trabalhadora no contexto formal da escolarização (a Educação Básica) não se dá desconectada da situação de crise do capital. Nesta situação de crise, em que é cada vez mais notória que a tendência ao decréscimo da taxa de lucros está a operar, uma das “alternativas” levadas a cabo pelo grande capital é a diminuição dos “custos” com o trabalho. Neste sentido é que a flexibilização da legislação trabalhista, o corte de direitos sociais são utilizados como meios.

Articulada a esta estratégia está o rebaixamento do valor da força de trabalho, o qual é determinado pelo valor dos meios necessários à subsistência dos trabalhadores. Dentre estes meios de subsistência está a formação dos trabalhadores. O seu rebaixamento compõe uma das estratégias do grande capital para enfrentar a tendência ao decréscimo da taxa de lucro.

O conjunto das reformas educacionais que foram realizadas a partir de meados da década de 1990 no Brasil, em um claro processo de alinhamento às “recomendações” dos organismos financeiros internacionais para a educação (TAFFAREL, 1998; MELO, 2004), representa uma das principais mediações a partir do qual o projeto de rebaixamento da formação da classe trabalhadora é colocado em ação. Este rebaixamento consiste no projeto hegemônico de formação que é veiculado e desenvolvido como idôneo e necessário na atual conjuntura – é o projeto necessário em tempos de fluidez, de rápidas mudanças e das “formas contemporâneas de conviver e de ser” (BRASIL, 2001, p.7).

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

Autores como Santos Jr. et. al (2009), Martins (2010), Santos (2013) e Gama e Santos Jr. (2014) têm demonstrado a tese do rebaixamento da formação da classe trabalhadora em seus estudos. Este rebaixamento se desenvolve de diferentes formas e tanto contribui para a diminuição do valor da força de trabalho quanto limita a capacidade de apreensão, explicação e intervenção na realidade. Esta é uma questão chave em tempos de acirramento da luta de classes, de intensificação da concentração da riqueza e da ofensiva imperialista sobre os países e os trabalhadores, em que a classe trabalhadora é, pelas condições objetivas, chamada à ação organizada e radical no real.

A adoção e implantação do projeto hegemônico de formação pelo Estado brasileiro busca responder às pressões dos trabalhadores pela elevação do seu padrão cultural. De acordo com Albuquerque (2014), este projeto de formação, entretanto, não é capaz de responder a esta aspiração da classe. A luta dos trabalhadores, no plano educacional, portanto, não é somente a do acesso à escolarização em todos os seus níveis, mas também a da base teórica que sustenta e/ou deve sustentar a sua formação.

O rebaixamento da formação da classe trabalhadora expressa-se em diversas frentes, que vão da formação ao nível da escolarização básica à formação dos professores. Não é fortuita a menção das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de licenciatura (Parecer CNE/CP 09/2001 e Resolução CNE/CP 01/2002) de que uma das suas finalidades é o alinhamento da formação de professores com a reforma operada na Educação Básica.

A reforma da Educação Básica, que se inicia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996) e tem continuidade com as DCN da Educação Básica, introduz o desenvolvimento de habilidades e competências e a aprendizagem ao longo da vida como referências para a formação. A adoção destas referências é justificada pelo argumento da necessidade de adequação da formação das crianças, jovens e adultos com a realidade em constante

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

transformação. O processo de escolarização é deslocado da incumbência do domínio do conhecimento para o desenvolvimento da constante prontidão para aprender.

A formação dos professores para a Educação Básica não fica incólume ao projeto hegemônico da formação da classe trabalhadora. Tal como menciona o documento das DCN, a formação de professores é concebida como um dos instrumentos a partir dos quais o “êxito” da reforma da Educação Básica pode ser garantido. Tem-se um alinhamento da base teórica (epistemológica, pedagógica e política) que sustenta o projeto hegemônico de formação da classe trabalhadora para a formação dos professores.

O ideário do desenvolvimento de competências e de habilidades se articula à concepção do “professor reflexivo”, do “saber fazer” do professor e da construção da “identidade pessoal-profissional”, que se sobrepõe a qualquer outra forma de conhecimento. Há um sistemático “*descarte da teoria, da objetividade e da racionalidade*” expresso na desqualificação dos conhecimentos clássicos, universais” (MARTINS, 2010, p.20) como base da formação dos professores.

A possibilidade de conhecer a realidade e de elaboração do conhecimento e da verdade objetivos são negadas em favor do irracionalismo e/ou do subjetivismo. Deste modo, as metanarrativas são substituídas pelas “descrições fenomênicas e pelas interpretações consensuais presentes em interpretações primárias (locais, imediatas e fortuitas) com as quais a realidade possa ser identificada” (MARTINS, 2010, p.21).

O “ato de ensinar” é concebido de forma negativa e o “ato de aprendizagem” adquire centralidade. Importa mais a prontidão para a aprendizagem (a atitude de aprender a aprender), a reflexão sobre a própria prática (sobre o cotidiano, sobre o “fazer”) e menos o domínio do conhecimento clássico necessário para o desenvolvimento do trabalho educativo. A negação ao

# TrabalhoNecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

acesso ao conhecimento consiste em um dos instrumentos mediante o qual se dá o rebaixamento na formação dos professores e na formação dos trabalhadores.

Há uma diluição cada vez mais rápida, na formação inicial do professor, da linha distintiva da escola como *lócus* do exercício profissional e a escola como *lócus* que deve garantir a sua preparação filosófica, teórica e metodológica (MARTINS, 2010). As dimensões técnicas da prática “passam a ocupar um lugar central, em detrimento de seus fundamentos. Privilegia-se a *forma* mutilada de *conteúdo!*” (MARTINS, 2010, p.22). Sob o argumento da articulação entre teoria e prática, a reflexão sobre a própria prática e a aprendizagem por resolução de problemas são estratégias privilegiadas para esta articulação. Subjaz à crítica da cisão entre teoria e prática uma compreensão não-dialética e idealista dos fundamentos ontológicos da teoria e da prática.

Como resultado das elaborações científicas contra hegemônicas, materialistas e dialéticas, resultantes da resistência, da organização e da luta dos trabalhadores no âmbito das reivindicações transitórias e históricas, tem-se um projeto de educação (e de formação de professores) não propriamente alternativo, mas, necessariamente antagônico e radical. Este projeto encontra-se em franca disputa com o projeto hegemônico no interior das universidades brasileiras.

Trata-se de um projeto de formação no interior do qual se tem uma posição de classe clara, intrinsecamente articulado com o horizonte histórico de superação da sociedade de classes, com a construção do socialismo como transição ao comunismo.

A sua base teórica é a concepção materialista e dialética da história, a qual funda as posições mais avançadas do ponto de vista científico no âmbito da teoria do conhecimento, da teoria da aprendizagem (psicologia histórico-cultural), da teoria pedagógica (pedagogia histórico-crítica), da metodologia de ensino e do conhecimento específico de cada área de conhecimento.

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

Concebe o ser humano como um ser que produz a sua existência e que se produz enquanto humano mediante a atividade prática de transformação material do real (que é atividade vital – o trabalho). Esta atividade prática é a base de todo o viver, ou seja, a base a partir da qual se desenvolvem todas as relações que sustentam e são sustentadas por este viver.

Em um determinado grau de complexificação do patrimônio acumulado pela humanidade (em que este é, simultaneamente, consequência do processo de produção do viver e base deste mesmo processo), a transmissão deste patrimônio (condição para a humanização) passa a se dar mediante processos sistemáticos – a saber, na e pela educação escolar. A humanização dos seres humanos dá-se pela apropriação deste patrimônio e é função da escola garantir esta apropriação de formação sistemática (SAVIANI, 2012). Neste sentido é que o projeto de formação em exposição defende como base fundamental da formação humana o acesso ao conhecimento historicamente produzido e acumulado nas suas formas mais elaboradas no plano da ciência, da filosofia e da arte.

A base teórica materialista e dialética fornece os instrumentos de método, conceituais e políticos aos professores para a penetração radical no real (afirmando a necessidade objetiva de conhecer a realidade), para a apropriação do conhecimento clássico (base para a humanização), para o desenvolvimento do trabalho educativo em consonância com a tarefa da educação de formação da humanidade em cada indivíduo singular, de formação com consistente base teórica, consciência de classe e formação política.

A formação de professores, com consistente base teórica, que dominam os fundamentos da educação, da aprendizagem e de sua área específica, os métodos e técnicas para a produção do conhecimento científico, as teorias pedagógicas, o conhecimento específico da sua área (dos quais emanam os conteúdos de ensino), os determinantes econômicos, históricos e políticos da educação brasileira e com formação política alinhada com os interesses da classe

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

trabalhadora, é uma das condições para a alteração da organização do trabalho pedagógico na Educação Básica, em resistência e em superação à tendência do rebaixamento da formação dos trabalhadores.

## Conclusões

A educação brasileira padece de problemas que são muito anteriores à intensificação das políticas (neo)liberais da década de 1990. A universalização da Educação Básica, a erradicação do analfabetismo, a universalização da formação em nível superior para os professores da Educação Básica, os planos de carreira e de salários adequados para os profissionais de Educação, etc. são alguns dos problemas que têm sido enfrentados de modo parcial, focalizado, a partir de programas pelo Estado brasileiro.

Se as pressões da classe trabalhadora pelo acesso à Educação Básica e ao Ensino Superior têm se intensificado, ao mesmo tempo, a intensificação da ofensiva do grande capital em crise (que necessita rebaixar o valor da força de trabalho e reduzir a esfera estatal, pública) e a elevação, pelos organismos financeiros, da educação como fator de diminuição da pobreza são fatores a se ter em conta quando da análise das políticas educacionais brasileiras.

Entendemos, portanto, que a forma que as políticas para a formação de professores da Educação Básica tomam – os programas que visam qualificar a formação docente, a expansão deficitária do Ensino Superior público, a expansão do Ensino Superior privado e da educação a distância – expressam, simultaneamente, os rumos da política estatal brasileira, tal como exposto por Frigotto (2010), e a pressão exercida a nível internacional pelo grande capital em crise. O rebaixamento da formação como projeto para a classe trabalhadora e a conversão da educação em mercadoria rentável (ao nível da Educação Básica e,

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

principalmente, do Ensino Superior) são faces de uma mesma moeda que necessitam ser enfrentados a partir de diversas frentes e em ligação com a conjuntura mais geral e com as organizações de trabalhadores que realizam este enfrentamento neste plano mais geral.

No âmbito da formação de professores para a Educação Básica brasileira, destacamos um duplo movimento a ser tido em conta no debate deste tema, na proposição de políticas e na intervenção do rumo destas:

a) Por um lado, a garantia do acesso e da permanência dos professores e futuros professores nos cursos de formação inicial e continuada públicos, de qualidade e presenciais. Não é aspecto secundário que 1/3 dos professores que atuam na Educação Básica em nosso país não possuam formação em nível superior, nomeadamente, em cursos de licenciatura. Também não é secundário que cerca de metade das matrículas em cursos de licenciaturas presenciais se deem em IES privadas e que a formação de professores em nível superior na modalidade a distância esteja em expansão, sobretudo no Ensino Superior privado;

b) Por outro, a necessária disputa, nas IES, escolas de Educação Básica, organizações dos trabalhadores, movimentos sociais e na sociedade em geral, pela direção da formação em geral e dos professores, enfrentando de modo radical e superador o projeto assentado no rebaixamento da formação. A disputa pela direção da formação e os esforços pela implementação do projeto antagônico ao projeto do capital não se faz dissociado da luta concreta da classe trabalhadora, em unidades nas e com as suas organizações, pelas reivindicações transitórias e históricas da classe.

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

## Referências

ALBUQUERQUE, J. Produção do conhecimento sobre a formação dos professores do campo no Brasil: teses e antíteses. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 59, p.218-227, 2014.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46 p.235-254, 2011.

GAMA, C. N.; SANTOS JR., C. de L. A concepção de formação de professores presente nas teses sobre o currículo de Pedagogia no Brasil: uma análise crítica. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 59, p.166-175, 2014.

INEP. *Censo da Educação Superior 2012: resumo técnico*. Brasília: Inep, 2014.

INEP. *Sinopse da Educação Básica 2013*. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

INEP. *Sinopse da Educação Básica 2012*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

INEP. *Sinopse da Educação Básica 2011*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

INEP. *Sinopse da Educação Básica 2010*. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

INEP. *Sinopse da Educação Superior 2013*. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

INEP. *Sinopse da Educação Superior 2011*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

INEP. *Sinopse da Educação Superior 2010*. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

MARTINS, L. M. O legado do século XX para a formação de professores. In: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (Orgs.). *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.13-32.

MELO, A. A. S. de. *A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina – Brasil e Venezuela*. Maceió: EDUFAL, 2004.

# Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

RODRIGUES, R. F. C.; MORSCHBACHER, M. *Crítica à lógica dos programas para formação de professores: uma análise da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica*. Salvador, 2013. mimeo.

SANTOS, C. F. dos. Descendo dos ombros dos gigantes: sobre o esvaziamento teórico da formação de professores no Brasil. In: SANTOS, C. F. dos (Org.). *Crítica ao esvaziamento da educação escolar*. Salvador: EDUNEB, 2013. p.133-157.

SANTOS Jr., C. de L. et. al. A base conceitual sobre formação de professores e militantes culturais. In: COLAVOLPE, C. R.; TAFFAREL, C. N. Z.; SANTOS Jr., C. de L. (Orgs.). *Trabalho pedagógico e formação de professores/militantes culturais: construindo políticas públicas para a Educação Física, esporte e lazer*. Salvador: EDUFBA, 2009. p.33-46.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11.ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. (Orgs.). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2012.

TAFFAREL, C. Z. A formação profissional e as diretrizes curriculares do programa nacional de graduação: o assalto às consciências e o amoldamento subjetivo. *Revista da Educação Física*, Maringá, v. 9, n. 1, p.13-23, 1998.

TAFFAREL, C. Z.; RODRIGUES, R. F.; MORSCHBACHER, M. A perspectiva da formação docente: analisando reivindicações históricas. *Universidade e Sociedade*, Brasília, n. 51, p.60-73, 2013.

Recebido em 25 de julho de 2015.

Aprovado em 11 de agosto de 2015.